

**Cáritas e Pastoral Social:  
“Tecendo reflexões e  
metodologias de igualdade  
entre homens e mulheres”**



# ÍNDICE

<b>Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>I. A realidade de desigualdade entre mulheres e homens na América Latina e no Caribe .....</b>	<b>7</b>
1. Uma realidade ancestral baseada na cultura .....	9
2. Trabalho e equidade. Desigualdade em uma mudança de época .....	11
3. Gênero e saúde.....	12
4. Gênero e migração: outro aspecto da feminização da pobreza .....	13
5. Gênero e educação: um acesso diferenciado .....	14
6. Participação política: representações igualitárias .....	15
<b>II. Para uma conscientização renovada e universal sobre a igual dignidade do homem e da mulher: uma reflexão bíblico-teológica.....</b>	<b>17</b>
1. Introdução.....	19
2. A vida e os ensinamentos de Jesus .....	20
3. A mensagem paulina e a vida das primeiras comunidades .....	21
4. O ensinamento de nossos pastores .....	22
O Concílio Vaticano II: <i>Gaudium et Spes</i> .....	22
Exortação Apostólica pós-sinodal: <i>Christifideles Laici</i> (1988) .....	23
Magistério do Episcopado Latino-Americano e do Caribe .....	24
5. O impacto da cultura na configuração das subjetividades .....	25
6. A contribuição do conceito de gênero para a reflexão eclesial.....	26
A perspectiva de gênero .....	26
“Examinai tudo: abraçai o que é bom” (I Ts 5:21).....	27
7. Desafios pastorais .....	28
<b>III. “Semear para colher”: A ação da Cáritas e Pastorais Sociais pela igualdade nas relações de gênero.....</b>	<b>29</b>
Introdução.....	31
1ª Etapa: Sensibilização .....	32
2ª Etapa: Capacitação .....	32
a) Diagnóstico e análise da realidade: ver / julgar.....	32
b) Capacitação em PMAS.....	33
b1) Planejamento do trabalho na perspectiva de gênero.....	33
b2) Monitoramento.....	35
b3) Avaliação .....	35
3ª Etapa: Ação.....	36
a) Eixos temáticos .....	36
b) Eixos transversais .....	37
<b>Conclusão .....</b>	<b>39</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>41</b>
<b>Sugestões para avançar na temática no âmbito dos países</b>	



# INTRODUÇÃO



*Texto Conclusivo* da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, celebrada em 2007, em Aparecida, Brasil, expressa que “é uma contradição dolorosa que o Continente com o maior número de católicos seja também o de maior iniquidade social”<sup>1</sup>. Os dados que permitem afirmar a desigualdade no “continente da esperança” são arrepiantes: mais de duzentos milhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza, o que implica sobreviver com menos de dois dólares por dia<sup>2</sup>. Essa situação contrasta com a escandalosa acumulação da riqueza em setores minoritários de nossos países.

Um dos elementos que configuram essa desigualdade, sobre o qual urge tomar consciência, é “a situação precária que afeta a dignidade de muitas mulheres.

Algumas, desde crianças e adolescentes, são submetidas a múltiplas formas de violência dentro e fora de casa: tráfico, violação, escravização e assédio sexual; desigualdades na esfera do trabalho, da política e da economia; exploração publicitária por parte de muitos meios de comunicação social que as tratam como objeto de lucro<sup>3</sup>”.

Poucos anos antes da V Conferência, os países participantes da Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual foi aprovada a Declaração do Milênio (2000), pactuaram trabalhar conjuntamente na erradicação da pobreza extrema e na promoção do desenvolvimento. Para isso, estabeleceram treze objetivos a serem alcançados até o ano 2015. O terceiro deles é o seguinte: “**promover a igualdade de gênero e o fortalecimento das mulheres**”. Para monitorar esse terceiro objetivo, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou três tipos de indicadores: educação, trabalho e participação política. Isso denota que a questão de gênero é transversal aos aspectos estruturais da sociedade; interfere de modo amplo na produção das riquezas, na gestão pública, na política, na religião e na construção das subjetividades; afeta a

**A Pastoral Social – Cáritas em nosso continente está chamada, no contexto de cada país, a estimular, “à luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja, o processo de transformação da realidade dos povos da América”.**

<sup>1</sup> DA, 527.

<sup>2</sup> CEPAL, 2004.

<sup>3</sup> DA, 48.

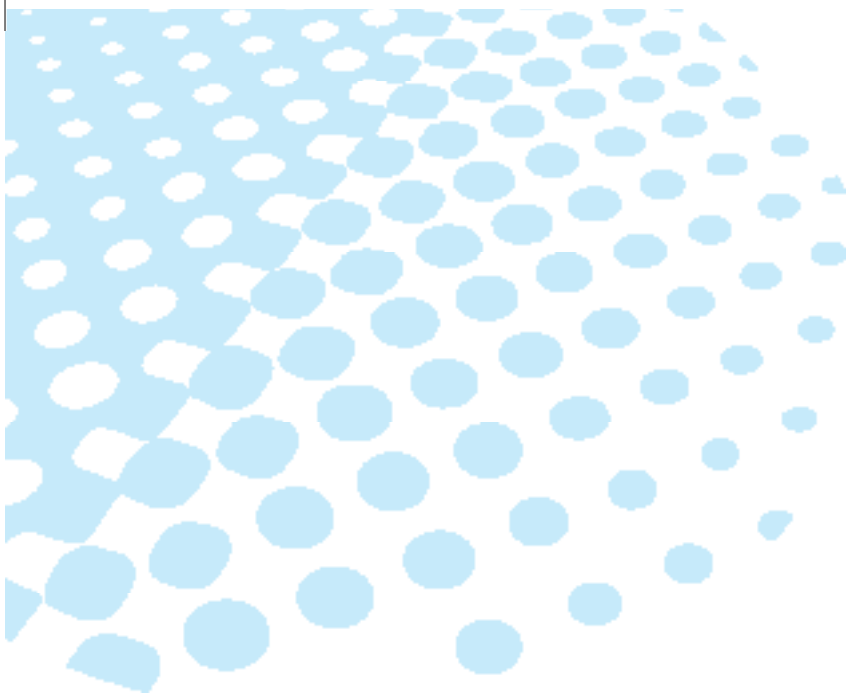
qualidade de vida de mulheres e homens; e produz desigualdades-iniquidades, bem como graves problemas sociais e eclesiais.

A rede Cáritas – Pastoral Social da América Latina e Caribe tem uma ampla trajetória e experiência no trabalho com mulheres. Com suas ações, ela enfrenta os problemas previamente mencionados e outros novos que surgem a cada dia. Sua tarefa contribuiu e contribui para a superação dos problemas de muitas mulheres e de suas organizações. Tudo isso está em concordância com sua missão no continente: estimular, no contexto de cada país e “à luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja, o processo de transformação da realidade dos povos da América, com o protagonismo dos pobres e excluídos, para construir, em harmonia com a criação, uma sociedade justa, fraterna e solidária, sinal do Reino de Deus”.

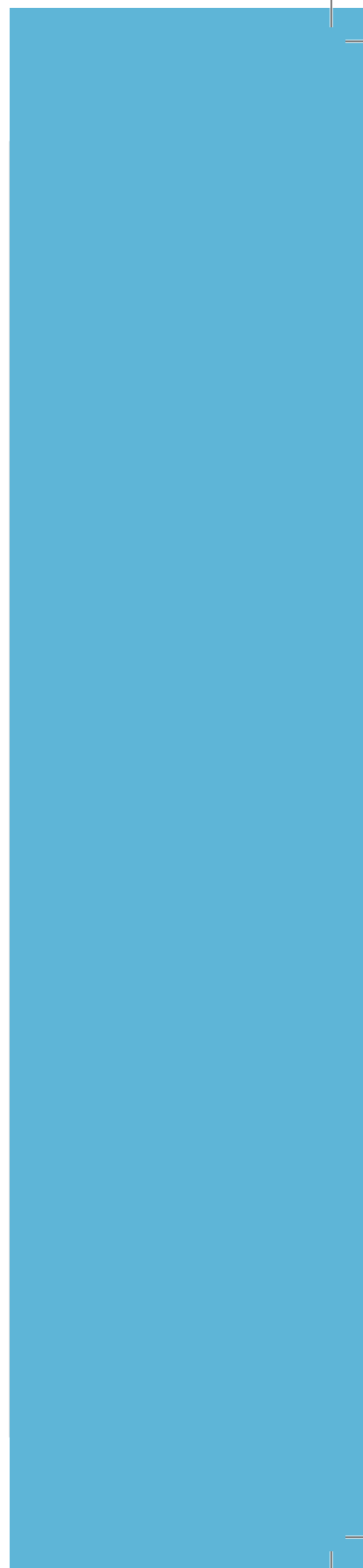
A partir de sua própria experiência, a Cáritas – Pastoral Social almeja, agora, assumir com maior profundidade o desafio de enfrentar os problemas estruturais e estruturantes da questão de gênero. Não é simples fazê-lo. Há posturas radicalizadas que pouco ou nada têm que ver com nossa opção de fé conforme o Evangelho e o ensinamento da Igreja. Queremos afastar-nos de ditas posturas, pois somos conscientes das lutas antagônicas que elas propõem. Queremos, também, afirmar com vigor e profunda convicção a defesa e o cuidado da vida, a valorização do matrimônio e da família tal como surgem do projeto amoroso e criador de Deus.

Nosso objetivo com este documento é proporcionar ferramentas para que o trabalho da Cáritas – Pastoral Social contribua para a redução das desigualdades de gênero que representam uma violação aos direitos humanos, possibilitando, assim, uma transformação das relações entre homens e mulheres na Igreja e na sociedade.

Para isso constataremos, em primeiro lugar, a situação de desigualdade entre homens e mulheres em nossa Região (Parte I). Em um segundo momento, analisaremos brevemente essa situação sob nossa visão de fé. Consideraremos, especialmente, a mensagem de Jesus, o ensinamento de São Paulo e alguns textos do Magistério universal e do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Neste marco doutrinário, explicitaremos em que sentido e por que assumimos a perspectiva de gênero (Parte II). Por último, oferecemos algumas sugestões para a ação da Cáritas – Pastoral Social, a fim de poder enfrentar de forma mais qualificada os problemas de desigualdade de gênero nas comunidades e nos grupos comunitários com os quais trabalhamos (Parte III).



**I. A REALIDADE DE DESIGUALDADE  
ENTRE MULHERES E HOMENS NA  
AMÉRICA LATINA E NO CARIBE**







## I. Uma realidade ancestral baseada na cultura

Na América Latina e no Caribe, assim como em outras regiões do mundo, uma das razões da desigualdade social que afeta mulheres e homens está relacionada com a cultura. Em nossa Região prevaleceu uma cultura que, em suas formas de expressão e de valores transmitidos desde cedo na família, na escola e na sociedade, relegou as mulheres a um plano de inferioridade em relação aos homens. Com isso, homens e mulheres são oprimidos de formas diferentes, como, por exemplo, exige-se dos homens que sejam fortes e, das mulheres, que sejam submissas. Essa diferenciação de comportamento tem consequências diretas sobre a qualidade de vida de ambos, uma vez que gera homens prepotentes, que não cuidam de sua saúde, e mulheres que padecem silenciosamente a violência no lar ou são subjugadas no trabalho.

Não é possível uma análise da desigualdade nas relações entre homens e mulheres sem considerar o elemento cultural como um dos fatores de enorme incidência sobre o papel que será destinado a ambos na família, na sociedade e, até mesmo, na Igreja. A análise das estruturas conjunturais (economia, organização do Estado, relações de poder, etc.) sob a perspectiva de gênero pode ajudar na conscientização sobre essas desigualdades num determinado contexto sociocultural.

A cultura patriarcal dominante, com fortes traços “machistas”, pretendeu relegar à mulher o âmbito doméstico e atribuir aos homens o espaço público. Seja de forma explícita, seja no imaginário social, ambos costumam situar-se na realidade conforme a essa concepção.

No âmbito privado, a perspectiva de gênero ajuda-nos a rever por que e como foram atribuídos os papéis do homem e da mulher na família, bem como o modo em que o poder se distribui em seu interior. No âmbito público, a perspectiva de gênero ajuda-nos a esclarecer e a reformar os tipos de relações homem–mulher estruturados no mundo da economia, da política, do trabalho e do Estado; desmascarando, assim, as desigualdades sociais que não só atentam contra a dignidade da mulher, mas também obstaculizam o verdadeiro desenvolvimento dos povos.

Na Primeira Conferência Mundial sobre a Condição Jurídica e Social da Mulher, convocada pela ONU, em 1975, e celebrada na Cidade do México, foi acordado um plano de ação mundial com uma quantidade mínima de metas a serem alcançadas nos dez anos seguintes, as quais se centravam na garantia do acesso equitativo da mulher aos recursos, como a educação, as oportunidades de emprego, a participação política, os serviços de saúde, a moradia, a nutrição, etc. Esse enfoque significou um ponto de inflexão – que havia começado a se esboçar em princípios da década de 1970 – na forma em que a mulher era percebida. Se, anteriormente, a mulher era considerada uma receptora passiva de apoio e de assistência, agora ela passou a ser vista como associada plena e em pé de igualdade com o homem, com os mesmos direitos aos recursos e às oportunidades. Uma transformação análoga estava ocorrendo na concepção de desenvolvimento, pois, se antes havia o pensamento de que esse serviria para fazer a causa da mulher prosperar, agora era consenso que ele não seria possível sem sua plena participação.

**Em nossa Região, prevaleceu uma cultura que, em suas formas de expressão e valores transmitidos desde cedo na família, na escola e na sociedade, rebaixou as mulheres a um plano de inferioridade em relação aos homens.**

Por esse e outros motivos, a ONU, na Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), do ano 2000, cujo objetivo fundamental é “erradicar a pobreza extrema e a fome”, inclui como um deles – concretamente, o terceiro – “promover a igualdade entre os sexos”. Como indicadores da eliminação da desigualdade entre gêneros foram estabelecidos: a) acesso igualitário das meninas à educação primária, de preferência até 2005, e em todos os níveis educativos até 2015; b) proporção de mulheres em trabalhos remunerados no setor não agrícola; c) proporção de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos nacionais. Para eliminar a pobreza e promover o desenvolvimento, a participação da mulher na construção da sociedade deve ser assumida como uma dimensão política fundamental.

Uma visão que reduzisse o problema da desigualdade de gênero ao âmbito familiar e privado não abrangeria o problema de forma integral. É verdade que a família, bem como o que nela ocorre, pertence à esfera privada. No entanto, também é verdade que as formas como as pessoas se relacionam no interior da família incidem também na esfera pública.

Como mencionado anteriormente, a mentalidade “machista” e patriarcal levou ao predomínio, nos povos de nossa Região, de categorias de pensamento que concebem a mulher em situação de inferioridade com relação ao homem. Justificam-se, assim, atitudes inaceitáveis de sujeição e submissão e, no pior dos casos – lamentavelmente muito frequentes –, de práticas de violência verbal e física<sup>4</sup>. Ela é excluída, além disso, da participação na construção do espaço público. Essa mentalidade levou também a considerar o corpo da mulher como uma mercadoria. É doloso constatar que as próprias mulheres, educando seus filhos e filhas de maneira “coerente” com esses costumes, costumam transformar-se em “cúmplices” inconscientes e involuntárias da reprodução desses padrões de conduta e de pensamento na própria família, em especial no caso das meninas, que, desde a mais tenra infância, são formadas para aceitar essa situação.

As rápidas mudanças culturais e a conseguinte nova configuração da sociedade colocaram o modelo patriarcal em uma profunda crise. Tal como indicara o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) em suas reflexões “Globalização e Nova Evangelização na América Latina e no Caribe”, iniciou-se “um processo positivo de valorização da mulher em sua dignidade e capacidade, o qual está conseguindo superar o espírito machista do homem, que não valoriza o ‘gênio feminino’, reduzindo a mulher aos trabalhos domésticos – nos quais ele não coopera – e excluindo-a da esfera pública e de diversas funções de chefia na sociedade”<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Segundo o estudo do Banco Mundial “Desafíos y oportunidades para la equidad de género en América Latina y el Caribe”, 2003, a violência doméstica “ainda representa um desafio para os países da Região”. O Haiti é o país que registra os índices mais altos de violência na área, com 70% da população feminina afetada.

<sup>5</sup> Reflexões do CELAM 1999-2003: “Globalización e Nova Evangelización na América Latina e no Caribe”, 2003, nº 45, tradução nossa. Cf. João Paulo II, Familiaris Consortio, 23-24.

Com isso, seguindo as reflexões do Celam, não se pretende aqui “negar a grande diversidade e complementaridade que existe entre os sexos, conforme a sua diversidade de entidades: biológica e psicológica”, cujo fundamento se encontra na própria natureza; senão apontar as conotações negativas da determinação histórica, sociológica, e, em definitivo, cultural, na atribuição de certas diversidades entre o homem e a mulher<sup>6</sup>.

## **2. Trabalho e equidade. Desigualdade em uma mudança de época**

O mundo do trabalho remunerado foi configurado, historicamente, tendo o homem como ator central. A mulher, que foi se incorporando progressivamente no último século e de maneira muito mais intensa nos últimos anos, aparece como periferia desse universo. Ela ganha menos, ocupa cargos menos relevantes e tem, majoritariamente, trabalhos precários e informais. Se, além disso, ela for a única responsável pela família – família monoparental –, a precariedade de sua condição laboral acaba afetando um número maior de pessoas. Isso revela uma faceta da “feminização da pobreza”, indicada hoje como uma nova espécie de pobreza.

São várias as razões que levaram as mulheres à incorporação ao mercado de trabalho em níveis muito superiores aos do passado. Entre elas, podemos citar as graves necessidades econômicas (contribuir no sustento do lar, seja por desemprego ou precariedade laboral do homem, seja porque ela é a única responsável pelos filhos) e os desejos de realização<sup>7</sup>.

Segundo dados da Cepal (2005), a entrada das mulheres no mercado de trabalho é sempre, no entanto, inferior à dos homens, tanto nos empregos precários, mal remunerados e de baixa produtividade como naqueles que exigem maior quantidade de anos de estudo.

Entre 1990 e 2002, as disparidades de gênero nos empregos de baixa produtividade caíram apenas três pontos percentuais, devido, especialmente, à pior inserção laboral masculina, que aumentou de 43% para 46%. A inserção laboral feminina manteve-se estável. Em nossa Região, a população feminina em empregos de baixa produtividade atinge 56%, enquanto a masculina chega a 46%. A taxa varia de acordo com os países: no Panamá é de 39%; na Bolívia, de 77% (CEPAL, 2005).

Ainda segundo a Cepal (2005), a remuneração média das mulheres em 2002 atingiu 69% do salário masculino. Mesmo executando um trabalho igual, as mulheres continuam ganhando menos do que os homens. A diferença salarial em relação aos homens diminuiu no segmento de mulheres trabalhadoras com índices mais baixos de escolaridade (até três anos), passando de 55%, em 1990, a 66%, em 2002. No entanto, mantém-se maior ou se reduz lentamente no segmento de mulheres com mais anos de escolaridade

<sup>6</sup> CELAM, Idem, 46.

<sup>7</sup> Idem, 41.

(entre 10 e 12 anos). No mesmo período de 12 anos (1990-2002), a diferença salarial só diminuiu quatro pontos percentuais.

Devem-se levar em conta outros elementos nessa desigualdade, como o fato de as mulheres continuarem sendo consideradas para cargos subalternos. Suas condições de trabalho, em muitas ocasiões, são precárias, informais e não incluem seguridade social. Além disso, o mercado de trabalho tende a selecionar e preferir, no setor feminino, as mulheres jovens e sem filhos.

Esse último aspecto nos leva a constatar, assim como o Celam, nas reflexões antes citadas, que “muitas organizações que trabalham a favor da mulher buscam silenciar ou subvalorizar o valor e a missão da maternidade, cuja grande transcendência para a cultura dos povos e a subsistência da instituição familiar não é mencionada ou é reduzida. Como consequência, muitas jovens, sobretudo universitárias, valorizam sobremaneira sua realização profissional, sendo ofuscada a opção de ser mãe”<sup>8</sup>.

### 3. Gênero e saúde

Saúde significa muito mais do que expectativa de vida.

Igualdade de gênero não significa taxas iguais de mortalidade ou morbidade para ambos os sexos, mas assegurar às mulheres e aos homens terem a mesma oportunidade para gozar de uma boa saúde.

É importante mencionar que o estado de saúde e o comportamento de homens e mulheres guardam grande relação com a construção social do gênero.

A socialização masculina produz um efeito considerável sobre a saúde dos homens. É clara a maior propensão desses aos comportamentos de risco, o que aumenta a brecha de sua expectativa de vida com relação à das mulheres. A violência, o tabagismo, o consumo de álcool e drogas, os hábitos alimentares deficientes, a falta de exercício e uma maior taxa de suicídio podem contribuir e explicar a morte prematura entre os homens.

As mulheres, em parte em virtude da função reprodutiva, enfrentam um conjunto de riscos de saúde diferente aos dos homens. Apesar de viverem mais tempo, tendem a ser mais afetadas pela doença de longo prazo e crônica, que influi significativamente em sua qualidade de vida.

Ao mesmo tempo, o menor acesso à nutrição, à educação, ao emprego e à renda faz com que as mulheres tenham menos oportunidades de gozar de serviços de boa qualidade.

Outro aspecto a ser considerado é que, apesar de as mulheres constituírem a maioria dos trabalhadores da saúde com e sem remuneração, ao estarem concentradas nos níveis inferiores dessa força de trabalho, elas têm menos possibilidades de influenciar na política de saúde e de tomar decisões.

---

<sup>8</sup> Idem, 43.

Para possibilitar equidade no binômio gênero-saúde, é necessário:

- Que sejam eliminadas as diferenças desnecessárias, injustas e evitáveis no estado de saúde e sobrevivência.
- Que haja uma distribuição dos recursos (tecnológicos, financeiros, humanos) e que o acesso a eles seja proporcionado de acordo com as necessidades de cada sexo.
- Que mulheres e homens contribuam com o financiamento da saúde segundo sua capacidade econômica, e não segundo os riscos ou as necessidades próprios de cada sexo e de cada etapa do ciclo de vida.
- Que haja uma distribuição social justa das responsabilidades, do poder e das recompensas pela contribuição de mulheres e homens na gestão de saúde. Isso inclui valorizar o trabalho não remunerado no cuidado da saúde.

#### **4. Gênero e migração: outro aspecto da feminização da pobreza**

O problema da feminização da pobreza, mencionado anteriormente, também está relacionado com os processos migratórios, os quais têm aumentado em razão das mudanças econômicas e socioculturais dos tempos atuais.

A imperiosa necessidade de migrar por causa da falta de emprego e da conseguinte impossibilidade de sustentar o lar significou, para muitas famílias, o abandono temporário ou definitivo por parte do homem, o que transformou a mulher em, praticamente, a única responsável pelo lar. Muitos povoados e comunidades de nossos países quase que se transformaram em povoados de mulheres sozinhas, em que as crianças esperam o momento oportuno para também tomar os rumos que as afastarão de casa em busca de melhores condições de vida.

Adotada, em geral, como busca de uma solução econômica, a migração produz uma alteração significativa nas relações de gênero e, como consequência, no modelo tradicional de família. Atualmente, na América Latina, o modelo de família nuclear biparental com filhos reduziu-se de 46,3% (1990) para 41,1% (2005).

O problema fundamental da reunificação familiar, próprio do passado – em que a migração era, predominantemente, questão de homens –, hoje também é acrescido, diante da crescente migração das mulheres, do problema da desigualdade de gênero no aspecto laboral. Um exemplo: as mulheres mexicanas migrantes nos Estados Unidos auferem, no setor de serviços, uma renda média anual 44% inferior à dos homens empregados nas mesmas tarefas. Além disso, 31% delas vivem em lares abaixo da linha de pobreza estadunidense<sup>9</sup>.

No que diz respeito às migrações internas, cujo aumento se deve à crescente urbanização, às desgraças naturais ou às inclemências climáticas, as mulheres também são afetadas. No Brasil, por exemplo, existem mulheres “viúvas da seca”, cujos maridos emigraram, deixando-as numa estranha situação de “viúvas de maridos vivos”.

<sup>9</sup> Consejo Nacional de Población, México, Mujeres mexicanas en la migración a Estados Unidos, 2000, p. 158.

## 5. Gênero e educação: um acesso diferenciado

Dos 35 mil milhões de pessoas analfabetas na Região, 55% são mulheres. Apesar de a política de expansão educativa ter alcançado resultados positivos para as mulheres, esses resultados não são iguais em todas as camadas sociais: “A maior igualdade de oportunidades se produziu nos níveis altos, e a maior discriminação, nos grupos rurais pobres”, persistindo, assim, as diferenças entre as mulheres “muito educadas” e as analfabetas<sup>10</sup>.

Graças a um maior investimento em educação, as taxas de analfabetismo diminuíram substancialmente na Região. A América Latina e o Caribe ocupam o quarto lugar mundial no ranking de gasto público em educação, com 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) regional destinado ao setor; superando, assim, a Europa Central e do Leste, e a Ásia Central, do Leste e do Pacífico<sup>11</sup>.

Segundo o estudo citado, na tabela de gasto público por estudante em função do PIB per capita, os países latino-americanos que mais investem em educação básica são, nesta ordem: Cuba, Barbados e São Vicente e Granadinas. Os que menos investem, por sua vez, são Guatemala, Peru e Uruguai.

Cuba, Barbados e São Vicente e Granadinas também lideram a lista dos países da Região que mais recursos estatais destinam à educação média. No outro extremo, os que menos investem nessa etapa da educação são Guatemala, República Dominicana e Peru.

No que se refere à educação superior, Cuba e México são os países que destinam mais recursos de suas arcas públicas, enquanto Peru e Chile se destacam, justamente, por fazer o contrário.

O mesmo estudo indica que as mulheres representam a maior porcentagem de participação no ensino, sem que, por esse motivo, as desigualdades de gênero sejam superadas. Os modelos de masculino e feminino são mantidos no currículo escolar, até mesmo nos livros didáticos;

há uma desvalorização do magistério nas primeiras séries, que têm maior participação de profissionais mulheres; e a remuneração média dos homens no mercado de trabalho, no mesmo nível escolar, é superior à das mulheres.

Segundo um estudo do Banco Mundial (2003), as diferenças entre mulheres e homens na educação escolar estão diminuindo em todos os países da Região. Em alguns deles, o nível de educação alcançado pelas mulheres é superior ao dos homens. Esse é o caso do Brasil, de Costa Rica, da Venezuela, da Argentina, da Jamaica, da

**Segundo o estudo do Banco Mundial (2003), na educação escolar, as diferenças entre mulheres e homens estão diminuindo em todos os países da Região. Em alguns deles, o nível de educação alcançado pelas mulheres é superior ao dos homens.**

<sup>10</sup> CEPAL, IV Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social, “As mulheres na América Latina e no Caribe: entre as mudanças e as crises”, Guatemala, 1988, tradução nossa.

<sup>11</sup> Instituto de Estatística da Organização da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Compêndio Mundial da Educação, 2007.

Nicarágua e da Colômbia, países em que há menos matrículas de meninos e maior evasão escolar por parte deles, em grande parte, em virtude da necessidade de ajudar no sustento das famílias<sup>12</sup>. Não obstante, nos períodos de crise econômica, as meninas são as primeiras a serem retiradas da escola pelos pais.

Juntamente com o lógico predomínio de programas oficiais, uma rica experiência com programas “alternativos” de educação popular foi se ampliando na América Latina<sup>13</sup>. As mulheres se transformaram num público específico da educação não formal, popular e alternativa, seja por terem menos possibilidade de acesso à educação formal, seja por sua maior inserção em projetos de escolarização.

## 6. Participação política: representações igualitárias

O relatório da Cepal de 2005 registra, para a América Latina e o Caribe, uma participação das mulheres nos parlamentos inferior à dos homens. Em comparação com o ano de 1990, o relatório releva, no entanto, um crescimento da participação feminina na Região, exceto nas Guianas, em El Salvador, em Honduras e na Venezuela. Em 2005, a maior participação feminina na política foi registrada em Cuba, com 36%; na Costa Rica, com 35%; e na Argentina, com 34%; e a menor, no Haiti, com 4%; em Honduras, com 6%; na Guatemala, com 8%; e no Brasil, com 9%. A menor presença de mulheres em cargos de representação ou no Poder Executivo diante da alta quantidade de homens, é, também, usualmente interpretada como um indicador de déficit democrático.

Apesar de em alguns países o direito ao voto feminino ser relativamente recente, o nível de participação das mulheres nas eleições é igual e, em certas ocasiões, superior ao dos homens. Esse fato contrasta com a escassa representação política à qual as mulheres têm acesso.

Foram poucas as mulheres que alcançaram a presidência na Região: Violeta Barrios de Chamorro (Nicarágua, 1990-1996), Mireya Moscoso (Panamá, 1999-2004), Michelle Bachelet (Chile, 2005-2009), Cristina Fernández de Kirchner (Argentina, 2007-2011) e Laura Chinchilla (Costa Rica, 2010-2014).

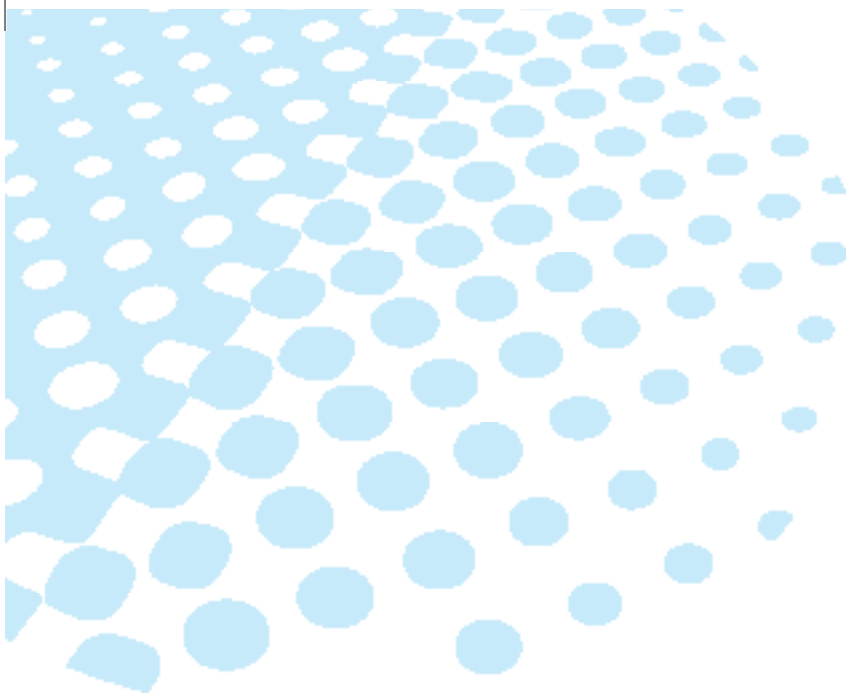
Nos processos revolucionários e nas lutas pela independência de nossos países, as mulheres tiveram uma participação significativa, nem sempre suficientemente reconhecida.

<sup>12</sup> Desafios e oportunidades da igualdade de gênero na América Latina e Caribe, 2003.

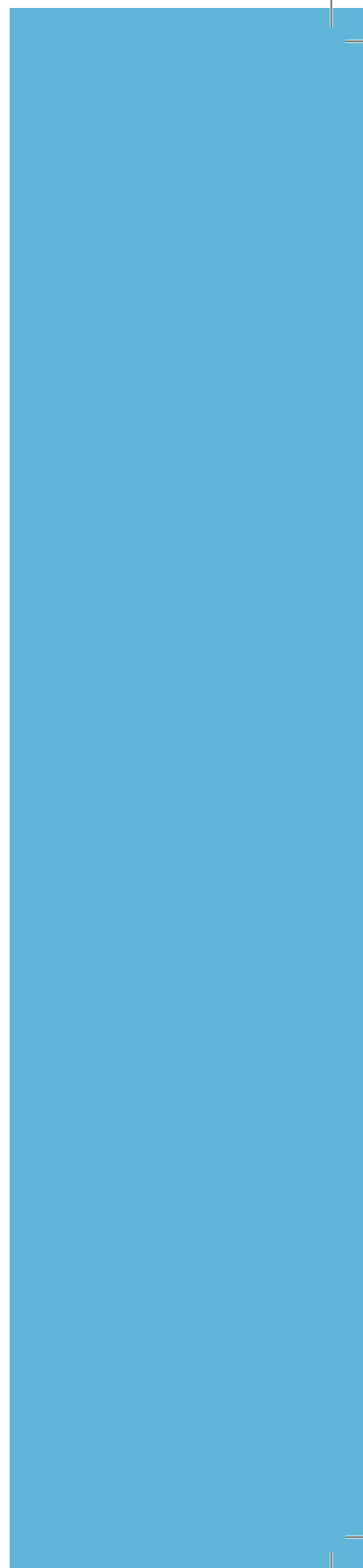
<sup>13</sup> Cormack e Fujimoto, 1993; JUNJI-OEA, 1994.







**II. Para uma conscientização  
renovada e universal sobre a igual  
dignidade do homem e da mulher:  
uma reflexão bíblico-teológica**





## I. Introdução

As situações de desigualdade em que amplas maiorias de nossos povos se veem submersas clamam ao céu. Os Bispos latino-americanos e caribenhos afirmaram que “o que afeta a dignidade do homem fere, de algum modo, o próprio Deus”<sup>14</sup>.

Toda situação de discriminação, marginalização ou exclusão de qualquer pessoa deve ajudar-nos a renovar e fortalecer nossa atitude evangélica, compassiva e libertadora como discípulos-missionários do Senhor Jesus.

A Cáritas aborda essas situações sob sua própria identidade eclesial. Situada no coração da Igreja, a Cáritas quer ser fiel a seu mandato de irradiar amor, fazendo sua pequena contribuição para a construção da justiça e da paz no mundo. Esse mandato a leva a assumir, juntamente com todas as pessoas de boa vontade – e com os valores do Reino de Deus –, o compromisso de gerar mais e melhores condições de vida, de modo que todos e todas possamos viver fraternal e dignamente.

A opção pela introdução da perspectiva de gênero nas ações da Cáritas na América Latina e Caribe insere-se no marco amplo das bem-aventuranças, e, mais especificamente, daquela que diz: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão saciados” (Mt 5:6).

Com essas reflexões ou marco conceitual, queremos explicitar os motivos dessa opção, esclarecendo o que entendemos por “perspectiva de gênero” e seus alcances. Gostaríamos de dedicar-nos não só à denúncia profética das discriminações e injustiças contra as mulheres, mas também propor (Parte III) caminhos e estratégias de promoção que “englobe(m) todos os âmbitos da vida feminina, a partir de uma renovada e universal tomada de consciência da dignidade da mulher”<sup>15</sup>.

Na Cáritas, entendemos que a busca de uma efetiva igualdade de direitos para todas as pessoas implica, também, empreender ações coordenadas para que as injustiças de gênero não continuem a se reproduzir. Jesus, que entregou sua vida para a salvação de toda a humanidade, nos guia e estimula nessa opção pela vida, uma vida digna, sem excluídos nem excluídas. Ele nos quer engajados na luta pela justiça e pela libertação de tudo aquilo que oprime as pessoas, e nos apoia nesse caminho para que a mulher seja reconhecida, respeitada e valorizada em sua peculiar dignidade. Assim, homens e mulheres poderão construir, juntos, um mundo em que Seu reino de paz, justiça e amor continue a crescer a cada dia mais e mais.

Na Parte I deste documento de trabalho, procuramos constatar brevemente a realidade de algumas desigualdades de gênero cujo impacto é maior entre as mulheres.

**A opção pela introdução da perspectiva de gênero nas ações da Cáritas na América Latina e Caribe se insere no marco amplo das bem-aventuranças, e, mais especificamente, daquela que diz: “Bem-aventurados os que têm**

<sup>14</sup> III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, Mensagem aos povos da América Latina, Puebla, 1979. Cf. *Ecclesia in America*, 57.

<sup>15</sup> JOÃO PAULO II, Carta às mulheres, 6.

Isso não significa que os homens não sejam também afetados. É claro que colocar a desigualdade de gênero como um problema só de mulheres seria insuficiente. Essa é uma questão que, mesmo que por motivos diferentes, envolve todos e todas.

Nesta Parte II, queremos fortalecer nossa visão de fé, centrando-a em Deus e na plenitude de sua revelação, que é seu Filho Jesus. Em Cristo, estimulada pelo Espírito, a Igreja está chamada permanentemente a reencontrar sua identidade, seu modo de situar-se no mundo e de levar adiante a missão recebida. Utilizaremos, para isso, algumas referências bíblicas e magisteriais que fundamentam a essencial igualdade da pessoa humana.

Por último, com a contribuição das ciências humanas, poderemos esclarecer o conceito de “gênero” e suas implicações na tarefa específica realizada pela Cáritas.

## 2. A vida e os ensinamentos de Jesus

“Na realidade – afirmam os Bispos no Concílio Vaticano II –, o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente” (GS 22). As palavras e as ações de Jesus são para nós, então, a chave de interpretação do mistério da pessoa. Olhar, escutar, aprender com Jesus e segui-lo nos permite descobrir a verdade e a riqueza do humano.

Dando continuidade à mensagem do Antigo Testamento, Jesus ensina-nos sem vacilações que a mulher e o homem são iguais em dignidade. Sua forma de agir, sua práxis, o confirma.

Numa das ocasiões em que, para colocá-lo à prova, os fariseus perguntam a Jesus acerca do divórcio, ele responde: “Desde o princípio da criação, Deus os fez macho e fêmea, por isso deixará o homem a seu pai e a sua mãe, e unir-se-á a sua mulher, e serão os dois uma só carne; e assim já não serão dois, mas uma só carne” (Mc 10: 6-8). Suas palavras remetem-nos a dois textos fundamentais da antropologia cristã: Gn 1:26-31 e Gn 2:4-25. Por um lado, homens e mulheres, criados à “imagem e semelhança” de Deus (Gn 1:27): ambos, portanto, são capazes de conhecer, amar e refletir seu Criador (GS 12). Por outro, “não é bom que o homem esteja só” (Gn 2:18): a sociedade de homem e mulher é a expressão primeira da comunhão de pessoas humanas. Sendo “imagem de Deus”, o homem – varão e mulher – é, “por sua própria natureza, um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros” (GS 12).

Consequentemente, o ser humano só será “si mesmo” em relação com um “você” semelhante. Este “você” é “ajuda adequada” para o descobrimento mútuo de quem são e, assim, poder exclaimar com alegria: “Esta sim, é osso de meus ossos, carne da minha carne”. Esse “você” possibilitará a comunhão do “nós”. Homens e mulheres são chamados, desde o princípio, a colaborar juntos, em comunhão, na obra criadora.

Num contexto adverso que propiciava ou, ao menos, tolerava a desigualdade, as passagens do Gênesis recordadas por Jesus são claras ao ensinar que, criados/

as “à imagem e semelhança de Deus”, homem e mulher são iguais em dignidade e entre eles não existem hierarquias que posicionem um sobre o outro<sup>16</sup>.

Jesus, imerso na cultura de sua época, agiu com plena liberdade<sup>17</sup>. Suas atitudes para com as mulheres surpreenderam tanto seus seguidores como seus detratores. Seus discípulos, quando conversa em plena luz do dia com uma samaritana. Os fariseus, quando se deixa tocar e perdoa a mulher pecadora que lhe lava os pés com lágrimas de arrependimento. Os anciãos, quando lhes freia seu ímpeto justiceiro, convidando aqueles que não tenham pecado a atirar a primeira pedra contra a mulher surpreendida em adultério. Marta, quando lhe dá a possibilidade de sentir-se discípula como sua irmã Maria e, mais tarde, quando a convida a confessá-lo como quem é: a Ressurreição e a Vida.

As atitudes de Jesus confirmam a mensagem do Gênesis e a superam. Recriadas em seu Espírito, as mulheres participam, como os homens, da mesma vida divina.

### **3. A mensagem paulina e a vida das primeiras comunidades**

As primeiras comunidades, seguindo o ensinamento e a obra de Jesus, incluem as mulheres, em mútua colaboração com os homens, na tarefa evangelizadora... Mulheres que profetizam, que ensinam, mulheres servidoras da comunidade. Nas saudações finais de sua Carta aos Romanos, São Paulo não só expressa sua gratidão a aqueles que o ajudaram, mas também, ao mencionar várias mulheres (Febe, Prisca, Júnia, Maria, Trifena e Trifosa, Pérside, Júlia, Olimpas), surpreende-nos pelo elevado número daquelas que proporcionavam algum serviço à comunidade; dando conta, assim, da fecunda atividade evangelizadora realizada conjuntamente entre homens e mulheres (Rm 16:1-16)<sup>18</sup>.

Paulo é testemunha dessa vida comunitária que inclui todos e todas. Anuncia a salvação que reúne em Cristo sem distinção de raça, de condição social ou de sexo. Todos os seres humanos foram criados em Cristo, refletem seu esplendor e são transformados em sua própria imagem pelo Espírito (Cl 1:15-17; II Co 3:18). Em Cristo e por Cristo, são superadas e transcendidas as distinções que segregam, as divisões que inimistam, as diferenças que hierarquizam: “Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gl 3:28).

<sup>16</sup> No livro do Gênesis, os termos empregados denotam que o ser humano só existe como homem e mulher. Portanto, conhecendo a incidência da linguagem oral e escrita para ajudar a transformar as ideias, ações e relações, nesse documento optou-se pela utilização de uma “linguagem inclusiva” que permita tornar visíveis tanto as mulheres como os homens.

<sup>17</sup> João Paulo II, Carta às mulheres (1995): Cristo, “superando as normas em vigor na cultura do seu tempo, teve para com as mulheres uma atitude de abertura, de respeito, de acolhimento, de ternura. Honrava assim, na mulher, a dignidade que ela sempre teve no projeto e no amor de Deus” (nº 3).

<sup>18</sup> Cf. Christifideles Laici, 49.

Ao revelar-nos a identidade teológica e crística de homens e mulheres, a Palavra de Deus ensina-nos que o projeto de Deus para a humanidade é inclusivo. A diversidade transforma-se, então, numa ilimitada fonte de recursos que permitem o desenvolvimento da vida social e comunitária graças à contribuição de todos e todas. Homens e mulheres estão chamados a ter um papel ativo neste Novo Reino. Todos e todas estão convidados a viver o amor generoso, o serviço, a ternura, a comunhão e a entrega recíproca. Desse modo, será possível criar uma sociedade mais justa e fraternal, à imagem de Deus Trindade, que deseja a vida plena para todos os seus filhos e filhas.

#### 4. O ensinamento de nossos pastores

O Magistério eclesial volta a anunciar, uma e outra vez, a verdade sobre a pessoa humana<sup>19</sup>. Sua palavra profética em um mundo que atenta contra a dignidade humana de diversas formas continua a denunciar injustiças contra os mais fracos, anunciando que qualquer forma de segregação é contrária ao plano de Deus.

As primeiras comunidades, seguindo o ensinamento e a obra de Jesus, incluem as mulheres, em mútua colaboração com os homens, na tarefa evangelizadora... Mulheres que profetizam, que ensinam, mulheres servidoras da comunidade.

##### **O Concílio Vaticano II: *Gaudium et Spes***

Na Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual (*Gaudium et Spes*), após mencionar que “as mulheres reivindicam, onde ainda a não alcançaram, a paridade de direito e de fato com os homens” (nº 9), os Padres conciliares exortam o Povo de Deus a reconhecer a igualdade essencial entre os homens e a trabalhar para vencer e eliminar qualquer forma de discriminação nos direitos fundamentais da pessoa: “A igualdade fundamental entre todos os homens deve ser cada vez mais reconhecida, uma vez que, dotados de alma racional e criados à imagem de Deus, todos têm a mesma natureza e origem; e, remidos por Cristo, todos têm a mesma vocação e destino divinos. Sem dúvida, os homens não são todos iguais quanto à capacidade física e forças intelectuais e morais, variadas e diferentes em cada um. Mas deve superar-se e eliminar-se, como contrária à vontade de Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião. É realmente de lamentar que esses direitos

<sup>19</sup> A história da Igreja testemunha que, muitas vezes, a balança das relações entre os sexos se inclinou a certo dualismo hierárquico que, imperante no contexto histórico-cultural, ao passar do discurso eclesial, transformou-se, em muitos casos, em norma de vida e de costumes na família e na sociedade. A mulher foi considerada inferior ao homem. João Paulo II reconhece a dificuldade para indicar as responsabilidades precisas deste processo, o qual lamenta sinceramente, e afirma: “Que este pesar se traduza, para toda a Igreja, num compromisso de renovada fidelidade à inspiração evangélica que, precisamente no tema da libertação das mulheres de toda a forma de abuso e de domínio, tem uma mensagem de perene atualidade, que brota da atitude mesma de Cristo” (JOÃO PAULO II, Carta às mulheres, 3).

fundamentais da pessoa ainda não sejam respeitados em toda a parte. Por exemplo, quando se nega à mulher o poder de escolher livremente o esposo ou o estado de vida ou de conseguir uma educação e cultura iguais às do homem” (nº 29).

Recolhendo o ensinamento da Sagrada Escritura, os Padres conciliares recordam, mais uma vez, que o fundamento da dignidade humana e da convivência fraterna no amor se encontra no fato de termos sido criados e criadas à imagem de Deus, constituindo, assim, uma só família (números 12 e 24). Estando eles atentos aos sinais dos tempos, é evidente sua preocupação pelo reconhecimento da igualdade fundamental do gênero humano por parte de todos e todas, bem como pela eliminação de qualquer tipo de discriminação.

### **Exortação Apostólica pós-sinodal: *Christifideles Laici* (1988)<sup>20</sup>**

O Magistério posterior ao Concílio reafirma permanentemente essa verdade sobre o ser humano – homem e mulher – e sua mútua responsabilidade na realização da história. O caminho a ser percorrido é um caminho comum. Homens e mulheres estão chamados conjuntamente à associação para colaborar nas tarefas que ainda estão pendentes para que a igual dignidade de ambos seja reconhecida e resplandeça. E, de maneira particular, para o reconhecimento da indispensável contribuição da mulher na edificação da Igreja e no desenvolvimento da sociedade.

Assim o indica João Paulo II na “Exortação Apostólica pós-sinodal *Christifideles Laici* sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo”: “A participação da mulher na vida da Igreja e da sociedade, através dos seus dons, constitui, ao mesmo tempo, a estrada necessária para a sua realização pessoal — na qual justamente tanto se insiste — e o contributo original da mulher para o enriquecimento da comunhão eclesial e para o dinamismo apostólico do Povo de Deus”<sup>21</sup>.

Esse caminho, como sempre, é repleto de dificuldades: “perante as mais variadas formas de discriminação e de marginalização a que se submete a mulher pela simples razão de ser mulher”, urge “defender e de promover a dignidade pessoal da mulher e, portanto, a sua igualdade com o homem”<sup>22</sup>.

Para isso, é necessário lembrar sempre que “da palavra e do comportamento de Cristo, que são normativos para a Igreja, resulta com grande clareza que nenhuma dis-

**As primeiras comunidades, seguindo o ensinamento e a obra de Jesus, incluem as mulheres, em mútua colaboração com os homens, na tarefa evangelizadora... Mulheres que profetizam, que ensinam, mulheres servidoras da comunidade.**

<sup>20</sup> Recomendamos especialmente a leitura completa desta exortação, em particular a do cap. IV, “Os trabalhadores da vinha do Senhor” e, nele, o título “Mulheres e homens”, 49-52. Idêntica recomendação de leitura com respeito à “Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem*, de João Paulo II, sobre a dignidade e a vocação da mulher por ocasião do ano Mariano” (1988).

<sup>21</sup> *Christifideles Laici*, 51.

<sup>22</sup> *Christifideles Laici*, 49.

criminação existe no plano da relação com Cristo [...] nem no plano da participação na vida e na santidade da Igreja”<sup>23</sup>.

E conclui mais adiante: “É absolutamente necessário que se passe do reconhecimento teórico da presença ativa e responsável da mulher na Igreja à realização prática”<sup>24</sup>.

### **Magistério do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**

Os Bispos da América Latina e do Caribe, apoiando-se nos fundamentos antropológicos e teológicos da condição humana, advertem sobre as violações à dignidade da pessoa humana, em especial, a dos pobres, dos indígenas, dos afro-americanos e das mulheres. Na questão que nos ocupa, nossos Bispos acordam que a situação exige uma práxis organizada para que a mulher, em igualdade de direitos e deveres, esteja presente nas realidades temporais e participe junto com o homem na transformação da sociedade. Eles evidenciam a urgência de um compromisso explícito a favor da inclusão das mulheres na vida pública e eclesial, bem como nas tarefas de liderança e participação ativa em diversos âmbitos; a qual não implique renunciar à vida familiar nem aos compromissos que esta acarreta. Para isso, é necessário um diálogo com os poderes públicos com o fim de garantir leis que acompanhem esse desenvolvimento<sup>25</sup>.

Na V Conferência, em Aparecida, os Bispos continuam e aprofundam a reflexão sobre o lugar das mulheres e a necessidade de transformação das situações de opressão, de forma que elas possam participar plenamente na vida eclesial, familiar, cultural, social e econômica; criando espaços e estruturas que favoreçam uma maior inclusão<sup>26</sup>. “A mulher é corresponsável, junto com o homem, diante do presente e o futuro de nossa sociedade humana”<sup>27</sup>.

Com o propósito de conquistar a plena colaboração das mulheres na sociedade e na Igreja, os Bispos propõem algumas ações pastorais: a) impulsionar uma organização da pastoral que ajude a descobrir e desenvolver, em cada mulher e no âmbito eclesial e social, o “gênio feminino”, promovendo o mais amplo protagonismo das mulheres; b) garantir a efetiva presença da mulher nos ministérios que a Igreja confia aos leigos, assim como nas instâncias de planificação e decisão pastorais, valorizando a contribuição feminina; c) acompanhar as associações femininas que lutam pela superação de situações difíceis, de vulnerabilidade ou de exclusão; d) promover o diálogo com as

<sup>23</sup> Idem, 50.

<sup>24</sup> Idem, 50 e 51.

<sup>25</sup> III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (DP): “A Evangelização no presente e no futuro da América Latina”, Puebla, 1979, 834-849. IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (DSD): “Nova evangelização. Promoção humana. Cultura cristã. Jesus Cristo ontem, hoje e sempre”, Santo Domingo, 1992, 104-110.

<sup>26</sup> V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (DA): “Discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que n’Ele nossos povos tenham vida”. – Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida – (Jo 14: 6), Aparecida, 2007, 451-463.

<sup>27</sup> Idem, 452.



autoridades para a elaboração de programas, leis e políticas públicas que permitam a harmonização da vida laboral da mulher com seus deveres de mãe de família<sup>28</sup>.

Esta tarefa também requer a participação ativa dos homens, já que não é possível desenvolver a comunhão e a reciprocidade sem o trabalho conjunto. Para isso, será necessário promover uma reflexão acerca do impacto dos modelos culturais atuais, bem como sobre sua identidade e a missão que lhes compete na família, na Igreja e na sociedade; gerando, assim, as competências que lhes permitirão favorecer seu papel na vida matrimonial, no exercício da paternidade e na evangelização.

A título de conclusão: o Magistério Eclesial denunciou a injustiça produzida por toda discriminação em função do sexo e afirmou, com firmeza, a igual dignidade de homens e mulheres. É responsabilidade de todos e todas promover instâncias que permitam reconhecer este dom para que, tomando consciência acerca da igualdade fundamental na qual foram criados e criadas, homens e mulheres possam gerar e consolidar relações igualitárias, personalizadoras e libertadoras.

## **5. O impacto da cultura na configuração das subjetividades**

A opção evangélica, que implica a conquista do reconhecimento teórico e prático da igual dignidade da mulher, requer tornar visíveis as causas históricas, culturais e estruturais das desigualdades, bem como os efeitos que elas acarretam para as mulheres e os homens.

João Paulo II afirma: “Mas agradecer não basta, já sei. Infelizmente, somos herdeiros de uma história com imensos condicionalismos que, em todos os tempos e latitudes, tornaram difícil o caminho da mulher, ignorada na sua dignidade, deturpada nas suas prerrogativas, não raro marginalizada e, até mesmo, reduzida à escravidão. Isto impediu-a de ser profundamente ela mesma, e empobreceu a humanidade inteira de autênticas riquezas espirituais. Não seria certamente fácil atribuir precisas responsabilidades, atendendo à força das sedimentações culturais que, ao longo dos séculos, plasmaram mentalidades e instituições”<sup>29</sup>.

Estes condicionamentos herdados tornam a conscientização sobre a própria dignidade uma tarefa muito complexa, pois a cultura, que molda mentalidades, foi formando imagens, símbolos e costumes que reproduzem e consolidam condutas que são vividas como naturais e não são questionadas. Muitas mulheres assumiram a submissão aos homens como algo “natural”. Muitos homens cresceram acreditando que era próprio de sua masculinidade dominar as mulheres, consolidando, assim, vínculos hierárquicos.

Estas situações de dominação e submissão, que levam à instauração de uma assimetria familiar e social inaceitável, são uma realidade sutil e frequentemente ocultada.

<sup>28</sup> Idem, 458.

<sup>29</sup> João Paulo II, Carta às mulheres, 1995, 3.

**A perspectiva de gênero pode ser útil como chave hermenêutica para ler e interpretar a realidade e os dados da história.**

Talvez por isso, percebe-se certa dificuldade no reconhecimento e conscientização sobre ela. Tanto homens como mulheres costumam crescer em ambientes com uma mentalidade que vê as relações hierárquicas entre os sexos com “naturalidade” e, da mesma forma, as consequências que disso se desprendem.

Também é difícil discernir quanto há de natural e quanto de cultural na distribuição de funções ou nos espaços de ação e de poder assumidos, posto que a biologia traçasse marca do costume: o mais forte sobre a mais fraca.

Sem dúvida, as diferenças sexuais nos configuram como homens e mulheres, possibilitando a rica experiência do amor, a geração da vida, a convivência e a troca recíproca. Porém, o problema surge quando ocorrem injustiças provocadas em função do sexo. As diferenças biológicas não podem justificar o que certas construções culturais sobre a masculinidade e a feminidade acabam impondo: o privilégio dos homens e a segregação e exclusão das mulheres. A maior fortaleza física do homem não justifica sua posição de dominação. Em nossa cultura, ser masculino foi considerado como ser ativo, e ser feminina, em contrapartida, estar relegada ao âmbito doméstico e privado. Ser masculino se traduz na possibilidade real de ter uma renda superior; por outro lado, ser feminina é se resignar a uma renda menor pelo mesmo trabalho. É inegável que inúmeras injustiças são eludidas ou padecidas em nossa sociedade pelo simples fato de a pessoa ser homem ou mulher.

O “masculino” e o “feminino”, como construções culturais, são condicionados pela história, os costumes, as representações e a educação, e nem sempre fazem justiça à igual dignidade do homem e da mulher.

## **6. A contribuição do conceito de gênero para a reflexão eclesial**

### **A perspectiva de gênero**

Em nossa visão de fé, sempre será um imperativo investigar se as desigualdades entre homens e mulheres são determinadas pela biologia ou estão associadas, pelo contrário, às representações culturais e sociais de um determinado tempo e contexto. Esta é uma tarefa ineludível, pois se as desigualdades fossem atribuídas como consequência inevitável de uma determinada configuração biológica, seria impossível modificá-las.

A categoria “gênero” – como mediação analítica – permite investigar, nas situações concretas da vida cotidiana e dos vínculos sociais, a desigualdade nas relações entre homens e mulheres. A análise da realidade sob a perspectiva de gênero ajuda a reconhecer que essa desigualdade não provém da biologia, mas de aspectos culturais e simbólicos da identidade construída a partir do sexo biológico de homens e mulheres; sem, com isso, desconhecer seu fundamento na configuração pessoal. Ao mesmo tempo, ela nos ajuda a revelar a trama do poder nos vínculos interpessoais. Em outras palavras, “o feminino” e “o masculino”, apesar de terem origem e fundamento biológicos – a diferença sexual entre homens e mulheres –, adquirem formas

históricas condicionadas pela cultura, os costumes, as representações, a educação, etc. Evidentemente, o contexto cultural no qual cada sujeito nasce e cresce traz consigo a herança de fortes “marcas” ou condicionamentos, plasmados por mentalidades e instituições nos diferentes momentos da história.

### **“Examinai tudo: abraçai o que é bom” (I Ts 5:21)**

Consideramos que a perspectiva de gênero pode ser útil como chave hermenêutica para ler e interpretar a realidade e os dados da história. Com ela, é possível discernir de forma crítica os papéis culturais genéricos atribuídos ao homem e à mulher, questionar padrões estabelecidos e superar modelos alienantes. E, com isso, poder imaginar, pleitear e alcançar a igualdade de gênero.

Somos conscientes de que a incorporação crítica desta perspectiva implica deixar de lado posturas radicais e positivistas que, repelidas pelo Magistério Eclesial, anulam as diferenças sexuais ou consideram que é necessária uma atitude antagonista e dialética de contestação ao homem para reverter a postergação ou as injustiças contra a mulher. Queremos repelir de maneira explícita a “ideologia de gênero” segundo a qual, como diz a V Conferência em Aparecida, “cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família”<sup>30</sup>. Assumimos como desafio autêntico o árduo trabalho de resignificar o conceito de “gênero” sob a óptica dos ensinamentos da Igreja.

Consideramos importante, sim, analisar de maneira crítica as marcas e condicionamentos culturais com o intuito de compreender que as funções atribuídas socialmente aos sexos podem mudar ao longo da história e entre as diferentes culturas, e que as diferenças biológicas não são a causa das desigualdades de gênero. Portanto, as situações de desigualdade entre homens e mulheres – como o acesso limitado destas à educação, a dificuldade de acesso a uma capacitação laboral suficiente, as disparidades nas remunerações pelo mesmo trabalho, a segregação causada pela divisão sexual do trabalho – são produto de uma sociedade organizada sobre uma estrutura injusta, e não da biologia. A tarefa necessária de dar visibilidade a esta situação de fato, bem como a construção de caminhos de mudança, terão um forte impacto político, pois contribuirão para a instauração de sociedades cada vez mais justas e igualitárias.

A Cáritas da América Latina e do Caribe optou pela introdução da perspectiva de gênero como instrumento válido, adotado de maneira crítica, para o reconhecimento das injustiças entre homens e mulheres – aceitas como naturais sem sê-lo –, e como enfoque integral, tanto para a organização institucional interna como para os planos e projetos de trabalho. Com esta opção, queremos trabalhar para a conquista de uma vida mais justa e plena para todas e todos, a qual responda fielmente aos ensinamentos de Jesus e da Igreja.

---

<sup>30</sup> DA, 40.

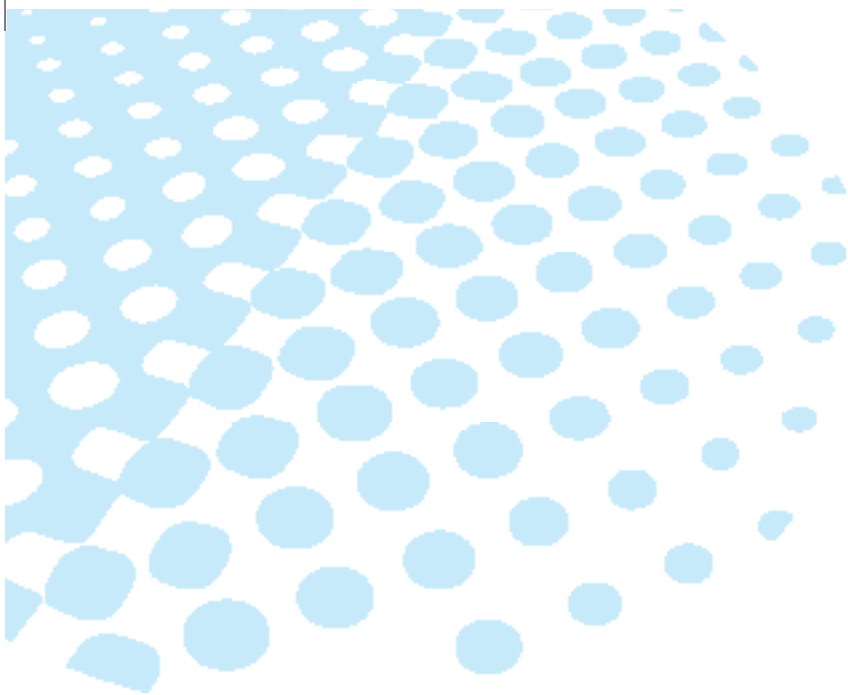
## 7. Desafios pastorais

Das considerações realizadas nesta Parte II, surgem naturalmente algumas prioridades para a ação pastoral. Nossas propostas são as seguintes:

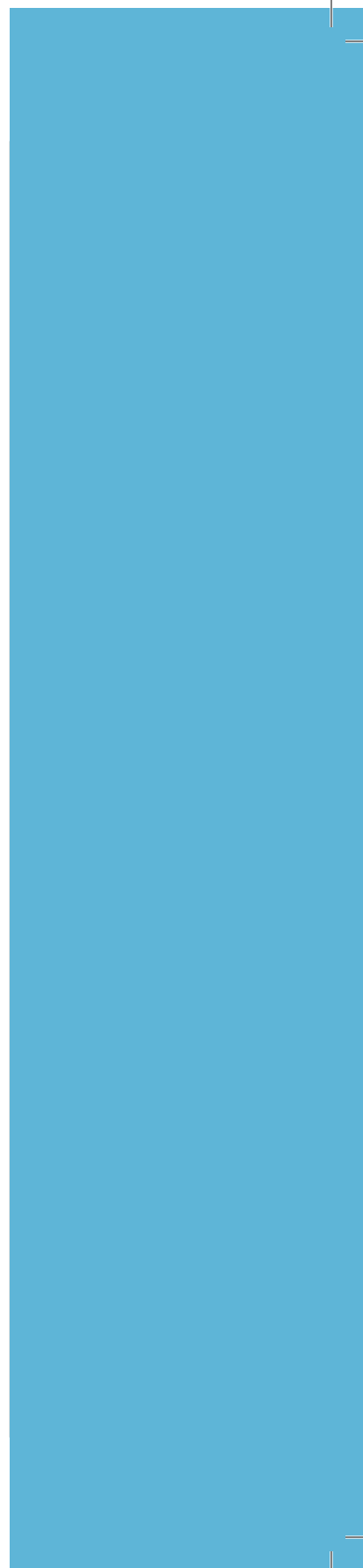
- Fortalecer a conscientização sobre a igual dignidade entre homens e mulheres.
- Educar no reconhecimento dos aspectos culturais, simbólicos e sociais que configuraram as desigualdades de gênero sem suprimir, com isso, as diferenças biológicas.
- Aprender a “desocultar” os mecanismos “naturalizados” de opressão<sup>31</sup>.
- Fomentar a criatividade na proposição e realização de possíveis transformações dos modelos imperantes.
- Dispensar atenção especial às vozes dos discriminados e discriminadas em função do gênero, escutar seus relatos, facilitar o diálogo e estimular na esperança.
- Trabalhar conjuntamente, homens e mulheres, na promoção da justiça e na denúncia das situações de discriminação e “invisibilização” femininas.
- Promover um protagonismo mais amplo das mulheres e um maior reconhecimento de sua contribuição na tarefa evangelizadora da Igreja.
- Exercitar a participação nos espaços públicos para a concreção das mudanças necessárias.
- Formar comunidades inclusivas, onde todos e todas se reconheçam com igualdade de oportunidades.
- Criar espaços e iniciativas que permitam a experiência vivencial da comunhão recíproca.

---

<sup>31</sup> V. AZCUY, Teología y género. Un diálogo al servicio de la fe y la promoción de la justicia. Conferência inaugural, USAL.



**III. “Semear para colher”:  
A ação da **Cáritas e Pastorais  
Sociais** pela igualdade nas  
relações de gênero**





## Introdução

No presente documento, aceitamos o desafio de refletir e revisar, sob a perspectiva de gênero, nossas práticas pastorais na rede Cáritas – Pastoral Social na América Latina e no Caribe.

A preocupação pela desigualdade-iniquidade de gênero não é nova na história da ação pastoral da Cáritas na Região. A violência doméstica, a pobreza e a miséria em lares abandonados pelo pai e sob a única responsabilidade da mãe, a falta ou menor acesso à saúde, à educação, à seguridade social, ao emprego, à assistência social, etc., foram e são objeto de muitos programas já realizados ou em execução.

Graças a estas ações pastorais, a Cáritas contribuiu e contribui para buscar a superação de problemas complexos e variados de muitas mulheres e de suas organizações. Mas não é só isso. Foi a partir desta experiência que percebemos a necessidade de enfrentar as causas estruturais e estruturantes das desigualdades entre homens e mulheres.

Paulatinamente, fomos também tomando consciência de que, para enfrentar as situações de injustiça social provocadas pela desigualdade-iniquidade de gênero, precisamos trabalhar não só com as mulheres, mas também com os homens, porque está em jogo a relação entre os gêneros masculino e feminino. Os problemas são relacionais e seus efeitos alcançam todas e todos. Isto significa que o trabalho de inclusão das mulheres feito de maneira isolada, sem considerar os homens nem as relações que costumam se estabelecer entre ambos, não é capaz de alcançar o objetivo, pois o problema não é resolvido adequadamente e não se atinge a origem da exclusão e da injustiça.

Queremos agora, na Parte III deste documento de trabalho, sugerir algumas pistas para estruturar a atuação da rede Cáritas – Pastoral Social na América Latina e no Caribe com uma metodologia que assuma os seguintes desafios:

1. Gerar oportunidades de sensibilização e compreensão sobre a temática nos âmbitos nacionais, diocesanos, paroquiais e comunitários.
2. Proporcionar ferramentas às equipes para que, através de atividades de formação e capacitação, munidas de elementos básicos de diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação, elas possam incorporar a perspectiva de gênero a seu trabalho.
3. Transversalizar a perspectiva de gênero nas ações cotidianas da Cáritas – Pastoral Social, seja na organização interna, seja nas ações com os grupos de base.
4. Conhecer e monitorar as políticas públicas existentes e incidir na busca de mudanças estruturais.

Como caminho metodológico, sugerimos a execução de três etapas: Sensibilização, Capacitação e Ação.

**Paulatinamente, fomos também tomando consciência de que, para enfrentar as situações de injustiça social provocadas pela desigualdade-iniquidade de gênero, precisamos trabalhar não só com as mulheres, mas também com os homens, porque está em jogo a relação entre os gêneros masculino e feminino.**

## 1ª Etapa: Sensibilização

A primeira etapa deve ser considerada como a porta de entrada necessária para que as equipes em seus diversos níveis (nacional, diocesano e paroquial) e os grupos comunitários comecem a perceber e reconhecer formas de desigualdade de gênero que prejudicam a ação pastoral e o trabalho por uma maior justiça e paz social.

Ela deve ser articulada em três momentos: a) conhecer o porquê da temática e questionar a realidade (Parte I deste documento); b) conhecer e assumir o ensinamento de Jesus e da Igreja (Parte II deste documento); c) começar a revisar o próprio testemunho e ação pastoral.

Um fruto imediato desta etapa pode ser a compreensão da necessidade de assumir políticas institucionais de fortalecimento das experiências de igualdade de gênero nas equipes e de correção, se necessário, das vivências e práticas desiguais.

Se a equipe conseguiu viver cada um destes três momentos da sensibilização, terá a base suficiente e necessária para passar às etapas seguintes.

## 2ª Etapa: Capacitação

A capacitação só deverá ser iniciada quando a equipe ou comunidade tiver terminado a etapa de sensibilização. Pretender capacitar quem que não tomou previamente consciência clara do problema levará, muito provavelmente, ao fracasso e retrocesso no caminho metodológico.

Esta etapa conta, também, com diferentes momentos: a) diagnóstico e análise da realidade com uma visão evangélico-teológica; b) capacitação para a ação com base nas ferramentas de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização (PMAS).

### a) Diagnóstico e análise da realidade: ver / julgar

a) *Diagnóstico*. O diagnóstico deve ser realizado com base em três vetores: o levantamento de problemas internos, a verificação dos problemas de gênero nas comunidades de trabalho e as políticas públicas.

O levantamento de problemas não deve ser excessivamente detalhado.

Somente os problemas que a equipe percebe que poderá enfrentar deveriam ser apontados, evitando, deste modo, o desânimo provocado pelo sentimento de impotência ou de incapacidade.

O resultado do diagnóstico deve ser a definição dos problemas que serão abordados no âmbito interno, nas comunidades (pelo menos, no grupo de base) e com relação às políticas públicas.

b) *Análise*. Uma vez realizado o diagnóstico, é muito importante refletir e iluminar os problemas detectados com o marco conceitual do presente documento (Parte II), a Doutrina Social da Igreja, o *Documento de Aparecida*, os estudos de

Outras leituras que podem ajudar no processo de formação são as que se referem a temas como direitos humanos, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, gestão de riscos, políticas públicas, etc.



conjuntura próprios de cada zona ou da Região e outras leituras que a equipe julgar importantes e adequadas para o seu próprio contexto.

É importante buscar textos adequados para a realidade do trabalho social da Igreja, já que o tema tem aristas polêmicas e o sentido e intenção do trabalho são diversos. Deve-se evitar que os estudos produzam ou incentivem resistências desnecessárias.

Outras leituras que podem ajudar no processo de formação são as que se referem a temas como direitos humanos, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, gestão de riscos, políticas públicas, etc. Além disso, estudos que desenvolvam aspectos sociológicos e antropológicos sobre perspectiva de gênero e religião.

## **b) Capacitação em PMAS**

Neste momento, procurar-se-á proporcionar as ferramentas práticas do PMAS (planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização) com a escolha de alguma experiência piloto que envolva trabalho interno, trabalho com grupos de base e políticas públicas.

Também se deve incluir, neste momento, a produção de um instrumento que ajude no desenvolvimento do trabalho de gênero.

Um PMAS com a perspectiva de gênero deve adotar dois prismas: a) organização interna e b) relações de gênero nos grupos comunitários.

- a) A organização interna da estrutura institucional deve examinar a composição quantitativa e qualitativa das equipes sob a perspectiva de gênero; verificar se a metodologia adotada é inclusiva e se favorece ou não a participação de mulheres e homens em condições de igualdade; ponderar a distribuição de poder nas equipes; examinar se o material didático e a divisão do trabalho refletem uma perspectiva de relações equitativas de gênero.
- b) Os trabalhos com grupos comunitários devem ser iniciados com o levantamento das experiências do grupo e de seus problemas – em especial, os derivados da relação homem-mulher –, bem como das buscas de soluções analisadas. A partir daí, deverão dialogar sobre os problemas de gênero, procurando reconhecer os motivos ou razões que explicam sua existência e elaborar as estratégias que o grupo adotará para resolvê-los.

## **b1) Planejamento do trabalho na perspectiva de gênero**

Pode-se adotar um planejamento específico das questões de gênero, um planejamento genérico das ações da Cáritas sob a perspectiva de gênero, ou a união de ambas as opções em uma só.

### *1. Planejamento específico*

Neste planejamento, as questões de gênero são abordadas como um tema específico, com um tempo definido e a utilização de aspectos teóricos e práticos. Este procedimento é adequado para as realidades que ainda não foram sensibilizadas para o trabalho sob esta perspectiva. Seu principal risco é não possibilitar uma cosmovisão

das questões de gênero, assumindo-as somente como algo a ser construído ou um mero tema a ser desenvolvido.

### *2. Planejamento geral sob a perspectiva de gênero: transversalidade*

Neste modo de planejamento, procura-se propor todas as ações-atividades sob a perspectiva de gênero (transversalidade), e não só algumas atividades específicas. Não se trata, aqui, de falar sobre questões de gênero, mas de levá-las sempre em conta para procurar a equidade em todas as práticas que sejam realizadas.

As atividades não aparecerão no planejamento com o rótulo de “gênero”, mas assumi-las sob essa perspectiva tem a vantagem de incidir nas práticas cotidianas da instituição, e não só em projetos ou programas particulares. Para isso, é necessário um enfoque sistemático, contínuo, amplo e integral.

Com o intuito de evitar uma inflação das responsabilidades cotidianas no resultado deste planejamento, é importante:

- a) Evitar gerar processos de não responsabilidade, o que acontece quando “todos são responsáveis”, mas ninguém assume a responsabilidade direta e concreta.
- b) Não incorporar a transversalidade de gênero de modo espontâneo ou intuitivo, mas planejá-la cuidadosamente em cada programa e atividade, mantendo, ao mesmo tempo, uma flexibilidade saudável.
- c) Planificar atividades com um fim determinado distinto das questões de gênero, mas cuja realização assuma a perspectiva de gênero. Por exemplo, um projeto que busque dar acesso à água potável a X famílias, em uma comunidade Y, e durante um período de tempo Z. Uma atividade poderia consistir na análise do horário, duração e convocação às reuniões com o intuito de garantir a participação tanto das mulheres como dos homens.
- d) Sistematizar o processo de implementação transversal da perspectiva de gênero, procurando a participação na sistematização de todas as pessoas que trabalharam no planejamento, na divisão do trabalho, na realização, no monitoramento e na avaliação.

A perspectiva de gênero implica também a transversalidade de todas as dimensões da vida diária, procurando transformações micro e macro sociais das relações entre mulheres e homens. O planejamento participativo, o monitoramento e a avaliação deverão, por conseguinte:

- a) Privilegiar a participação ativa do grupo historicamente oprimido-excluído.
- b) Ter especial cuidado na escolha dos métodos e materiais empregados na aprendizagem e capacitação.
- c) Fortalecer as organizações formais e informais do grupo oprimido-excluído.
- d) Considerar o vínculo entre gênero e classe ou raça no que se refere ao acesso equitativo a recursos e serviços.

### *3. Combinação de ambos os tipos de planejamento*

Esta combinação é adequada quando a instituição vive realidades complexas e um

afastamento em suas ações de qualquer perspectiva de gênero. Consideramos que esta situação costuma ocorrer na Cáritas.

O principal risco nestas situações é que o planejamento derive somente em atividades específicas de gênero, sem conseguir a incorporação de sua perspectiva à rotina da instituição. É evidente que, em um processo institucional pouco ou não sensibilizado, são necessárias ações específicas de capacitação para o trabalho na perspectiva de gênero, mas a atuação não deveria se restringir neste ponto.

### **b2) Monitoramento**

Consiste em verificar se as metas ou resultados esperados em matéria de igualdade de gênero que foram elencados no planejamento estão sendo alcançados ou não. Para isso, é necessário prever quais indicadores ajudarão a medir a eficácia das ações realizadas.

Exemplos de indicadores que podem servir, de acordo com o caso: equilíbrio na quantidade de homens e mulheres presentes; participação ativa de todos nas discussões e decisões; linguagem empregada; metodologia utilizada; material didático empregado; etc. Sugerimos que os indicadores escolhidos ajudem no monitoramento tanto da gestão (monitoramento interno) quando dos resultados (monitoramento na base).

### **b3) Avaliação**

A avaliação não é o momento final do processo, mas parte permanente dele. Ela procura refletir sobre as mudanças provocadas com o intuito de redirecionar as ações, se necessário, e se fortalecer com as aprendizagens e conquistas alcançadas na experiência; permitindo, assim, gerar processos de novas tomadas de decisões. Avaliar é importante porque permite medir a efetividade, a eficácia, a eficiência e o rendimento das ações realizadas na perspectiva de gênero.

Sugerimos que a avaliação seja realizada durante todo o processo, abrangendo estratégias, atividades, métodos, técnicas e procedimentos utilizados. Podem ser úteis as seguintes perguntas:

- As mudanças estão chegando às comunidades? Até que ponto?
- As estratégias adotadas, a metodologia e o material didático são eficazes, eficientes e suficientes para alcançar as metas estabelecidas?
- Como está o testemunho de igualdade de gênero nas e nos agentes da Cáritas? A equipe está capacitada para trabalhar sob a perspectiva de gênero?
- Ao término do processo, a avaliação poderia ser orientada da seguinte maneira: Executou-se o planejado? Caso alguma ação não tenha sido executada, qual foi o motivo? As ações realizadas ajudaram a alcançar as metas planejadas? Houve proporção entre o custo e o benefício? Gastou-se o previsto? Foi muito? Foi pouco? Por quê?

**Avaliar é importante porque permite medir a efetividade, a eficácia, a eficiência e o rendimento das ações realizadas na perspectiva de gênero.**

- Dos desafios escolhidos, qual foi superado? Qual foi superado em pequena parte? Qual foi superado em grande parte? Qual não foi superado? Que novos desafios surgiram?
- Nas comunidades, notamos mudanças nas atitudes de gênero que favoreçam agora o paradigma da igualdade?
- O testemunho, a metodologia e o material didático foram os adequados para trabalhar a perspectiva de gênero?
- A organização interna da instituição favoreceu ou dificultou o trabalho na perspectiva de gênero?

### 3ª Etapa: Ação

Esta etapa se orienta à ação da Cáritas – Pastoral Social tanto em seu âmbito interno e com os grupos de base, quanto no âmbito de incidência nas políticas públicas.

Para isso, tomamos como referência de ação os eixos prioritários (temáticos e transversais) adotados no planejamento geral do SELACC 2007-2011.

#### a) Eixos temáticos

##### 1. Justiça, paz e reconciliação

- Garantir a perspectiva da igualdade de gênero no tratamento dos conflitos, desde sua análise até a busca de soluções.
- Trabalhar por relações de gênero mais justas e de formas reconciliadas.
- Elaborar e acompanhar, sob a perspectiva de gênero, todo o trabalho realizado pelas equipes das comunidades.
- Favorecer a diversidade de formas de viver mais justas e reconciliadas, incorporando indicadores de gênero.

##### 2. Migrações e tráfico de pessoas

- Igualdade de gênero como igualdade dos direitos das pessoas,
- Trabalhar de maneira diferente e adequada com mulheres vítimas de violência sexual e de exploração laboral.
- Incorporar a perspectiva de gênero no problema da migração.
- Trabalhar com as autoridades para melhorar o tratamento para com as mulheres, evitando a exploração de sua condição de mulher migrante. Incidir em mudanças de políticas públicas para a promoção da dignidade da mulher.

##### 3. Meio ambiente, gestão de risco e emergências

- *Defesa e promoção da Vida.* Mulheres e homens no centro de nossa preocupação pelo meio ambiente.
- *Participação cidadã.* Favorecer o exercício cidadão de mulheres e homens na elaboração e execução de leis e políticas de proteção ao meio ambiente.
- *Protagonismo.* Tornar visível a colaboração de mulheres e homens na gestão sustentável do meio ambiente e na conservação da biodiversidade.

- *Análise de gênero* a fim de determinar as necessidades específicas, as capacidades e as contribuições atuais de mulheres e homens adultos, crianças, adolescentes, idosos e idosos nas situações de emergência.
- *Planejamento da ajuda alimentar ponderando a situação de nutrição*. Considerar as diferenças entre homens e mulheres no momento de avaliar as diversas necessidades nutricionais de crianças, mulheres, homens e idosos. Responsabilidade de todos e todas na colaboração para a segurança alimentar.

#### **4. Desenvolvimento humano integral e solidário**

- Desenvolvimento sustentável e solidário, interculturalidade. Do local ao global sem exclusão social e com igualdade de gênero.
- Sustentabilidade. Transformação das relações entre as pessoas e a natureza nas dimensões ambiental, cultural, política e econômica.
- Princípio de exigências. A inclusão de todas e todos.
- Rompimento com a visão utilitarista do meio ambiente.
- Construção do poder, da democracia e da participação com igualdade de gênero.
- Respeito aos direitos indivisíveis: meio ambiente, sociais, laborais, autorrealização, diferenciação cultural, etnia-raça, gênero.

#### **5. Fortalecimento e articulação institucional**

- *Sensibilidade para com as questões de gênero na ação evangelizadora*: Em todas as intervenções realizadas por agentes de pastoral, dirigidas às comunidades e famílias, refletir um novo modo de ser Igreja, sensível às diferenças de gênero.
- *Equidade*: Responder adequadamente às diferentes necessidades e problemas de homens e mulheres, buscando potencializar as pessoas em situação de desvantagem para conquistar uma valoração social mais simétrica entre ambos.
- *Igualdade de oportunidades e de tratamento*: Nas equipes de trabalho, homens e mulheres gozarão de iguais oportunidades e promoções.
- *Testemunho*: Ser testemunho dessas relações que gostaríamos de ver construídas e garantidas na sociedade.

### **b) Eixos transversais**

#### **I. Comunicação**

- Desenvolver uma comunicação que permita que a voz dos e das mais pobres seja escutada.
- Buscar uma comunicação em que todos sejam protagonistas, procurar que todos sejam comunicadores.
- Incidir na geração de uma comunicação que promova a cultura da Vida.
- Promover uma comunicação que favoreça, neste mundo globalizado, o uso das melhores tecnologias com vistas a contribuir para o bem comum.
- Optar por:

- Um modelo de comunicação que assuma com eficácia, inteligência e paixão valores, princípios e linguagem em perspectiva de gênero.
- Os sujeitos da comunicação são a mulher e o homem concretos. Não queremos ser a voz dos sem voz, mas abrir canais para democratizar a palavra e fazer com que todas as vozes sejam escutadas, com pluralidade cultural, étnica e de gênero.
- Estimular uma comunicação que, superando a mera informação, seja instrumento eficaz de evangelização e de incidência.
- Comunicar para manter-nos informados, para contagiar os outros com os valores evangélicos e para conquistar seu protagonismo social e eclesial.

## **2. Participação cidadã e incidência política**

“Participação cidadã” significa muito mais do que votar os nossos representantes governamentais. Significa exercer os direitos de forma direta e cumprir com os deveres próprios de todo cidadão.

- *Protagonismo*: favorecer o protagonismo de mulheres e homens nos espaços de decisão da sociedade (escolas; universidades; associações; partidos políticos; governos locais, regionais, nacionais, etc.), procurando uma crescente participação daqueles que foram historicamente destituídos ou ignorados nos processos de decisão.
- *Igualdade de oportunidades*: priorizar a participação igualitária de homens e mulheres nas instâncias de decisão da sociedade.
- *Empowerment*: construir o empoderamento popular a partir dos processos de organização e mobilização locais, valorizando as experiências existentes e motivando a construção de novas, incluindo a perspectiva de gênero.
- *Soberania*: através da igualdade de gênero, fortalecer a soberania dos povos, cultivando suas tradições, valores, culturas e etnias como força e resistência ao modelo de desenvolvimento excludente e opressor.
- *Democracia*: cultivar processos de maior participação de todos e todas no âmbito interno da Cáritas (processos eleitorais nos diferentes níveis, organização de equipes e grupos de trabalho, diretorias, conselhos, etc.) e em espaços da sociedade, possibilitando a participação igualitária de homens e mulheres

# CONCLUSÃO

Sabemos que temos um longo caminho pela frente. Gostaríamos que este documento de trabalho, que ainda pode e deve ser melhorado e enriquecido com a reflexão e experiência das Cáritas da Região, seja mais uma ajuda que estimule nossa caminhada pastoral na busca integradora e perseverante de uma maior igualdade de gênero. Esperamos que, à medida que formos avançando neste trabalho, mais e mais pessoas, homens e mulheres, se sensibilizem diante da importância dessa busca e se unam a nós nesta ação por uma vida mais digna, justa e fraternal.

Desejamos que a médio e longo prazo seja possível perceber:

- Uma redução dos indicadores de violência contra a mulher nos grupos de base onde são desenvolvidas as ações da Cáritas – Pastoral Social.
- Uma aliança com outras organizações que trabalham na mesma perspectiva.
- Uma maior mobilização pela afirmação e consolidação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero.
- Uma melhor compreensão por parte da Cáritas – Pastoral Social da perspectiva de gênero na América Latina e no Caribe.
- A presença transversal da perspectiva de gênero nas ações da Cáritas – Pastoral Social.
- Um maior protagonismo das mulheres na organização interna da Cáritas – Pastoral Social e nos grupos comunitários onde são desenvolvidas suas ações.





# REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

## Documentos do Magistério

- CELAM, Conferencia General Puebla, Documento Conclusivo, Buenos Aires, CEA, 1979.
- , Conferencia General Santo Domingo, Documento Conclusivo, Buenos Aires, Paulinas, 1992.
- , Conferencia General Aparecida, Documento Conclusivo, Buenos Aires, CEA, 2007.
- CONGREGACIÓN PARA LA DOCTRINA DE LA FE, Carta a los Obispos de la Iglesia Católica sobre la colaboración del hombre y la mujer en la Iglesia y el mundo ([http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20040731\\_collaboration\\_sp.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_sp.html)).
- DOCUMENTOS DEL CONCILIO VATICANO II, Gaudium et Spes, Madrid, Mensajero, 1974.
- JUAN PABLO II, Carta Apostólica Mulieris Dignitatem, La dignidad y la vocación de la mujer con ocasión del año mariano, Buenos Aires, Paulinas, 1988.
- , Carta a las mujeres (se la puede encontrar en: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/letters/documents/hf\\_jpii\\_let\\_29061995\\_women\\_sp.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/documents/hf_jpii_let_29061995_women_sp.html)).
- , Christifideles Laici (se la puede encontrar en: [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/apost\\_exhortations/documents/hf\\_jp-ii\\_exh\\_30121988\\_christifideles-laici\\_sp.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici_sp.html)).

## Bibliografia geral

- AGUIAR, Neuma, Rio de Janeiro plural, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1994.
- ALLAHAR, A. L., Women and the family in Cuba: a study across time, *Humboldt Journal of Social Relations*, 20 (1): 87-120, 1994.
- ARRIAGADA, Irmã, Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género, *Revista de la Cepal*, 85, Abril, pp. 101-113, 2005.
- AYERBE, Luis Fernando, Ocidente e o Resto - A América Latina e o Caribe na cultura do Império. Relatório final da pesquisa “A América Latina e o Caribe na Nova Ordem Mundial: um território sem utopia?”, financiada pelo Programa de Bolsas Sênior, CLACSO-ASDI, com aval institucional de FLACSO-Brasil.
- AZCUY, V., “Teología ante el reto del género”, *Proyecto 45* (2004) 9-37.
- AZCUY, V.; MARCELA, M.; RAIMONDO, N., *Mujeres haciendo teologías 2*, Antología de textos de autoras, Buenos Aires, San Pablo, 2008.
- BARBIERI, M. T. de, Políticas de población y la mujer: antecedentes para su estudio. *Revista Mexicana de Sociología*, 15 (1): 293-308, 1983.
- BEDFORD, N.; GARCÍA BACHMAN, M.; STRIZZI, M., (ed.), *Puntos de encuentro*, Buenos Aires, ISEDET, 2005.
- BRAUN, M., Political attitudes of women in the Southern Cone, *Desarrollo Económico*, 31 (124): 565-577, 1992.

- CARVALHO, V.; CASTRO, I. B., Marco conceitual para o ensino e a pesquisa fundamental - um ponto de vista. *Rev. Bras. Enfermagem*, Brasília, v. 38, n. 1, pp. 76-85, 1985.
- Comissão Latino-Americana e Caribenha de Gênero. Relatório de Atividades, 2005.
- , Relatório de Reunião Panamá, 2005.
- , Relatório de Reunião São Luís, 2006.
- CORPAS DE POSADA I., Juan Pablo II, Bogotá, Serie Teológica, 2007.
- DEL OLMO, R., The economic crisis and the criminalization of Latin American women, *Social Justice*, 17 (2): 40-53, 1990.
- Documento Los vacíos de la doctrina social de la iglesia y la perspectiva de género, 2006.
- GEERTZ, C., A interpretação das culturas, Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio, Classes, raças e democracia, São Paulo, USP/Editora 34, 2002.
- , Racismo e anti-racismo no Brasil, São Paulo, FUSP/Editora 34, 2005.
- GRÜN, R. A classe média no mundo do neoliberalismo, en: *Tempo Social*, v. 10, 1, São Paulo, 1998.
- HALL, Stuart, A identidade cultural na pós-modernidade, Trad. SILVA, Tomaz Tadeu da e LOURO, Guaracira Lopes, RJ: DP&A, 2005, 102 p.
- HOFFMAN E CENTENA, Um Continente Entortado (América Latina) - Dossiê da Desigualdade, en: *Tempo Social*, v.18, São Paulo, nov. 2006.
- LEME, M. C. & BIDERMAN, C., O mapa das desigualdades no estado de São Paulo, *Novos Estudos Cebrap*, 49: 181-211, 1997.
- LEVINE, S., Dolor y alegría: women and social change in urban Mexico, Madison, University of Wisconsin Press, 1993.
- MATALLO Jr., H., A problemática do conhecimento, en: CARVALHO, M. C. M. (org.), *Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas*, 4 ed., Campinas: Papyrus, 1994, cap. 1.
- PAES DE BARROS, R.; HENRIQUE R. & MENDONÇA, R., Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (42): 123-142, 2000.
- PORTES, A. & HOFFMAN, K., Latin American class structures: their composition and change during the neoliberal era, *Latin American Research Review*, 38 (1):41-82, 2003.
- STROMQUIST, N. P., Literacy and women in Latin America, *New Education*, 12 (2): 31-39, 1990.
- Zona Camexpa, Relatório do Encontro Zonal de Gênero, 2005.
- , Política de Gênero da Pastoral Social, Diócesis de Limón. 2006.
- Zona Cone Sul, Relatório do Encontro Zonal de Gênero e Incidência, Out 2005.
- Zona Bolivariana, Relatório do Encontro Zonal de Gênero, 2005.
- Zona Caribe, Relatório do Encontro Zonal de Gênero, 2006.



